



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM

CEP: 36.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei Municipal n º 1.189/2001, de 02 de março de 2001.

“Dispõe sobre alteração na lei n º 1064/97, de 09/06/97.”

O povo do Município de Manhumirim, por seus representantes na Câmara, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O inciso I do art. 1º da Lei 1.064/97, de 09/06/1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 º.

I – acompanhar, controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar;

.....”

Art. 2º. São acrescentados ao Art. 1 º da Lei 1.064/97, de 09/06/1997, os seguintes incisos, XIV e XV.

“Art. 1 º.

XIV – Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

XV – Receber, analisar e remeter ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar encaminhadas pelo município, na forma da medida provisória n º 1979 de 28 de julho de 2000.”

Art. 3º. O art. 2 º da Lei 1.064/97, de 09/06/1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2 º. O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I – um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse poder;

II – um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III – dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV – dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;

V – um representante de outro segmento da sociedade local.

§ 1 º . Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2 º. Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM

CEP: 36.970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 3 ° . No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 4 ° . O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 5 ° . Ficarão extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 04 (quatro) alternadas.

§ 6 ° . Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.”

Art. 4 °. Fica revogado o art. 3 ° da lei 1.064/97, de 09/06/1997, renumerando-se os demais artigos.

Art. 5°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Manhumirim, em 02 de março de 2001.


Erval Azevedo Mendes
Prefeito Municipal